

INCUBADORAS SOCIAIS UNIVERSITÁRIAS E O PROCESSO DE INCUBAÇÃO: ELEMENTOS PARA O ENFRENTAMENTO DA EXTREMA POBREZA

UNIVERSITY SOCIAL INCUBATORS AND THE INCUBATION PROCESS: ELEMENTS FOR COPING WITH EXTREME POVERTY

Fabio Jardel GAVIRAGHI*
Caroline GOERCK**

Resumo: O artigo objetivou analisar como as incubadoras universitárias através da incubação contribuíram ou não para o enfrentamento da extrema pobreza socioeconômica na Região Sul do Brasil. As incubadoras Sociais Universitárias. As ISUs como instituições apoiadoras da organização de iniciativas de economia solidária são, muitas vezes, a única possibilidade para alguns grupos sociais ameaçados de exclusão. Como tais, são permeadas por desafios oriundos da organização societária, que tem valorado em especial os princípios dos ditames do capital, da globalização econômica e do ideário neoliberal e, talvez, da supervalorização do conhecimento científico. Constatou-se que estas incubadoras possibilitaram o acesso a renda e enfrentando à extrema pobreza, porém de forma limitada. Constatou-se que apesar da melhoria dos rendimentos, os trabalhadores não obtiveram condições de vida que promovesse a emancipação humana e autonomia frente ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: Pobreza Socioeconômica. Geração de Trabalho e Renda e Incubadoras Sociais.

Abstract: The article aimed to analyze how university incubators through incubation contributed or not to the confrontation of extreme socioeconomic poverty in the Southern Region of Brazil. The University Social Incubators. The ISUs, as supporting institutions of the solidarity economy initiatives organization are often the only possibility for some social groups threatened with exclusion. As they are, they are permeated by challenges arising from the societal organization, which has especially valued the principles of the capital dictates, the economic globalization and the neoliberal ideology and, perhaps, the overvaluation of scientific knowledge. It was verified that these incubators allowed the access to income and facing extreme poverty, but to a limited extent. It was found that despite the income improvement, the workers did not obtain living conditions that promoted human emancipation and autonomy regarding the labor market.

Keywords: Socio-Economic Poverty, Work and Income Generation and Social Incubators.

Submetido em 09/04/2019.

Aceito em 26/06/2019.

* Bacharel em Serviço Social pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul 0 UNIJUÍ. e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Pós Doutorando em Serviço Social pela Universidade de Coimbra - UC. Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Endereço: Avenida Roraima N° 1000, Prédio 74b, sala 3344, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria/RS. E-mail: <fabiogaviraghi@yahoo.com.br>.

** Bacharela em Serviço Social pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Mestre, Doutora e Pós Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. - PUC/RS. Pós Doutoranda em Serviço Social na Universidade de Coimbra. - UC. Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Endereço: Avenida Roraima N° 1000, Prédio 74b, sala 3352, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria/RS. E-mail: <carolinegoerck@yahoo.com.br>.

Introdução

As transformações recentes da sociedade, regidas pelo sistema do capital, têm proporcionado a manutenção e, em muitos casos, a ampliação dos índices da desigualdade e exclusão social não só em território brasileiro ou de capitalismo periférico, mas também em grandes centros capitalistas que se constituem e/ou se apresentam como países desenvolvidos.

Essa realidade, que é resultante do modelo econômico centrado no novo liberalismo, no qual as taxas de retorno do capital sempre se mantêm superiores àquelas de retorno ao trabalho, como aponta Piketty (2014), tem fortalecido antigas e gerado novas manifestações da questão social. Essas, inexistentes ou poucas vezes visualizadas em tamanha profundidade na história contemporânea, evidenciam-se especialmente por meio do desemprego, o qual possui centralidade por se apresentar de forma transversal, implicando pobreza extrema e absoluta, fome, analfabetismo reforçado, exclusão social, entre outros aspectos.

A questão social, que passa a ser entendida, nesse contexto, como sendo desigualdade e rebeldia justamente por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades sociais, resistindo e se opondo, tem o seu cerne enraizado no conflito entre capital e trabalho, que é suscitado pelo conflito entre a compra efetuada pelos donos dos meios de produção e a venda da força de trabalho oportunizada pelos trabalhadores (IAMAMOTO, 2012), gerado assim as manifestações já citadas e que são centrais para a compreensão deste estudo.

A Economia Popular Solidária é manifestada por grupos informais, cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses trabalhadores, e, respectivamente de seus familiares. Esses grupos estão (estavam) sendo apoiados por incubadoras sociais universitárias vinculadas a instituições públicas e/ou sem fins lucrativos e por programas sociais buscando a inclusão social e econômica dos trabalhadores e familiares. Contraditoriamente estes sujeitos quando inseridos nestes empreendimentos comumente estão em situação de vulnerabilidade social e econômica. Este artigo propõe-se expor as informações obtidas e analisadas por meio de uma pesquisa que contou com o apoio do CNPq, junto a incubadoras sociais universitárias, buscando analisar como as incubadoras universitárias através da incubação estavam contribuindo ou não para o enfrentamento da extrema pobreza socioeconômica na Região Sul do Brasil.

1. Percorso metodológico

Esse estudo utilizou como referência teórico-metodológica o método dialético-crítico. A Dialética objetiva investigar a realidade pela própria contradição do real (CURY, 2000). Ou seja, o método dialético visa compreender a vinculação entre a unidade e a totalidade, observando a historicidade e o movimento que engendra as contradições existentes nos fenômenos e processos sociais.

Para a realização da pesquisa foram utilizadas três categorias teórico-temáticas, pelo fato de materializarem o problema da pesquisa, sendo elas: Pobreza Socioeconômica, Geração de Trabalho e Renda e Incubadoras Sociais. A pobreza socioeconômica possui diversos entendimentos conceituais, porém entre todos os conceitos a questão da renda está entre as principais causas da efetivação da mesma. A dificuldade de conceituar certamente não é maior do que as necessidades dos sujeitos que vivenciam a extrema pobreza brasileira. A pobreza que pode ser considerada como a insuficiência de condições de sobrevivência – não acesso aos recursos econômicos necessários para adquirir sua alimentação, moradia, saúde, entre outros.

A geração de trabalho e renda, por meio da Economia Popular e Solidária busca viabilizar aos seus integrantes a criação de espaços de trabalho para os sujeitos excluídos do mercado formal de trabalho, entre outros. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, sendo assim uma resposta a favor da inclusão social. Esses grupos de geração de trabalho e renda, no entanto, precisam de apoio para que possam se fortalecer para ter viabilidade socioeconômica. Frente a essa realidade, surgem as Incubadoras Universitárias que buscam apoiar grupos de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, assessorando-os de forma integrada e contínua para o desenvolvimento do empreendimento.

Para Fraga (2012, p.19), as incubadoras são constituídas por grupos de professores, estudantes, servidores que atuam junto a grupos populares (cooperativas/associações/grupos informais) “com intuito de assessorá-los em suas atividades de produção, comercialização e de organização política”. A incubação, termo utilizado pelas ISUs para definir suas ações, para Moura (2014, p.09), “consiste em uma aventura, pois implica o esforço de articulação de inúmeros campos disciplinares, estabelecendo conexões entre universos densos, profundos e diversificados”.

A pesquisa exigiu aproximações sucessivas que se materializaram por meio da relação estabelecida entre a pesquisa literária, também via internet, e a pesquisa de campo, com objetivo de coletar o material das experiências coletivas e incubadoras universitárias. A análise da pesquisa¹ foi realizada sob o enfoque qualitativo. “A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e captável em adequações, medidas e estatísticas” (MINAYO, 2004, p. 22).

Antes da pesquisa de campo foi realizado um resgate dos materiais já produzidos ou pesquisados, além de legislações, com base num roteiro norteador, sobre a Senaes e seus respectivos programas sociais e ações. A coleta das informações com as incubadoras universitárias e alguns empreendimentos assessorados pelas incubadoras ocorreu por meio da amostragem não probabilística - designada de amostra intencional. “O tipo mais comum de amostra não probabilística é denominado de intencional. Nesta o pesquisador está interessado na opinião [...] de determinados elementos da população” (GIL, 2008, p. 52). Foi escolhido esse

¹ Anteriormente a coleta das informações realizada com trabalhadores dos empreendimentos, e antes da aplicação de outro questionário aplicado às incubadoras universitárias, que também aceitaram participar da pesquisa, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, juntamente com as informações que foram transmitidas.

tipo de amostragem, devido ao fato de que as aproximações sucessivas entre os pesquisadores e os sujeitos participantes da pesquisa irão sendo estabelecidas conforme a possibilidade de acesso.

Ou seja, na medida em que foram mapeadas as incubadoras, tentou-se incluir as suas participações na pesquisa, por isto trata-se de uma amostra intencional. As informações obtidas e analisadas estão relacionadas com as incubadoras que retornaram os nossos contatos e que aceitaram participar da pesquisa. Os empreendimentos pesquisados também foram escolhidos de forma intencional, tendo em vista que colhemos as informações dos sujeitos que aceitaram participar da pesquisa após nossos contatos.

Primeiramente à coleta das informações foi realizado um levantamento das Incubadoras Universitárias existentes que desenvolveram atividades de assessoria ou apoio a grupos coletivos de geração de trabalho e renda em municípios da região Sul do Brasil. Estes levantamentos foram efetuados, inicialmente, por intermédio de ligações telefônicas e contato via e-mails.

Foram identificadas dezoito incubadoras na região Sul do Brasil mapeadas e contatadas, que atuavam até o ano de 2013² neste território, período delimitado para o estudo das informações da pesquisa por se tratar do período de maior destinação de recursos às incubadoras e suas redes fortalecidas, sendo que destas seis incubadoras participaram retornando com o questionário enviado com base na amostra intencional referida. Foi aplicado um outro questionário com lideranças/trabalhadores de alguns empreendimentos, que também aceitaram participar da pesquisa e que são assessorados pelas incubadoras universitárias pesquisadas, totalizando sete empreendimentos coletivos de Economia Popular Solidária. Estes dois questionários e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – com base em princípios éticos – foram elaborados anteriormente a pesquisa de campo, sendo que foram construídos de forma que contemplassem o problema e objetivo da pesquisa.

Para a realização da análise das informações foi utilizado a técnica de Análise de Conteúdo baseada em Bardin (2009) com base nas categorias teórico-temáticas elencadas ao estudo. A realização da Análise de Conteúdo foi operacionalizada por meio de três etapas: pré-análise; exploração do material; e, tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos dados e informações.

2. Alguns elementos substantivos ao estudo

A desigualdade social, nos diferentes países, pode ser reduzida com conhecimento e educação. Porém, deve-se destacar que a difusão do conhecimento, mesmo sendo muito potente, às vezes pode ser “contrabalançada e dominada por outras forças que operem no sentido contrário, as de divergência, isto é, na direção do aumento da desigualdade”. Reforça-se ainda que “a história da distribuição da riqueza jamais deixou de ser profundamente política”, pois as forças desestabilizadoras que promovem a desigualdade não possuem um processo natural ou espontâneo que impeça a ocorrência desta (PIKETTY, 2014, p. 27-29).

² O período de criação de novas incubadoras sociais no Brasil se deu especialmente entre 2003 e 2013, período de ações intensas da SENAES.

Com os novos processos tecnológicos (mecanização, automação e robótica), o capitalismo não gera mais uma significativa quantidade de trabalho, a ponto de absorver a força de trabalho disponível, mantendo o desemprego em níveis elevados e conseqüentemente ampliando o desenvolvimento de atividades informais e desprovidas de direitos (TAVARES, 2007). A informalidade e a precarização do trabalho assalariado também possibilitam a ampliação da pobreza na sociedade brasileira. Estas novas exclusões sociais são originárias do desemprego estrutural e de suas manifestações, compreendidas como exclusão de bens e serviços, do mercado formal de trabalho, da terra, da segurança, dos direitos humanos (REIS, 2002).

Destaca-se que uma parcela da população não tem acesso ao mercado formal de trabalho. Nesse sentido compreende-se que os grupos vinculados a EPS, quando advindos de trabalhadores vulnerabilizados e excluídos do mercado formal de trabalho, constituem-se em possibilidades de obtenção de rendimento, que pode contribuir com o enfrentamento da extrema pobreza, de forma mais pontual e imediatista. No entanto, acabam por materializar, por vezes, as desigualdades sociais e econômicas existentes no Brasil.

Reforça-se que as experiências de EPS não vem se configurando como um contraponto ao capitalismo, pois constata-se que a concepção de que os processos de trabalho desenvolvidos nestas experiências mencionadas com base nos princípios cooperativistas, são por vezes, quase inexistentes.

Paralelamente a esta realidade, foi estabelecida uma parceria estabelecida entre governo federal (com maior evidenciada até 2015) e outros setores governamentais, com instituições da sociedade civil e/ou incubadoras universitárias, para assessorar/incubar em seus territórios estes empreendimentos, tendo como perspectiva prospectar princípios de coletividade nos processos de produção e comercialização, bem como, possibilitar condições de subsistência dos trabalhadores. Porém mesmo com a assessoria desenvolvida constatou-se que no entanto, acabam por permanecer, muitas vezes, os aspectos individualistas, os quais vem conduzindo a organização societária atual.

No que se refere à atuação estatal junto à Economia Popular Solidária, durante o período de 2003 a 2016, o governo federal investiu relevante apoio junto à temática. Durante o governo Lula, a economia solidária recebeu amplo incentivo do governo federal, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A secretaria, criada em 2003, viabilizou apoio e incentivo a empreendimentos de economia solidária, fomentando a criação e auxiliando seu acompanhamento dos empreendimentos, via Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). Vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, a SENAES desenvolveu diversas ações que objetivaram o apoio aos empreendimentos coletivos em seus territórios, através de programas criados a partir da própria secretaria ou se aliando aos já existentes de outras secretarias de forma transversal.

Das 54 incubadoras existentes no Brasil, até 2016, 74,1% receberam algum tipo de apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc). Entre elas, 61,3% possuem inserção permanente, tanto como programas quanto como núcleos, o que evidencia a formalização frente às IES. Porém, dados da pesquisa mostram que ¼ das incubadoras se vinculam às IES como projetos

temporários de extensão, como tantos outros existentes nas universidades. A vinculação dessas incubadoras se dá especialmente a órgãos superiores, a pró-reitorias de extensão (73,5%), reitoria (9%), demais centros, departamentos e institutos (17%). A grande maioria dessas incubadoras (73%), considerando-se as respostas válidas, afirmam existir normativas que as reconhecem como projeto, programa ou núcleo dentro das IES (BRASIL, 2011).

A grande maioria das incubadoras (92%) estão vinculadas à sociedade ou a políticas atreladas à economia solidária. Todas as incubadoras participam de maneira significativa de fóruns municipais, regionais, estaduais e nacionais de economia solidária, centros de referência em economia solidária, redes, bem como de várias políticas setoriais, como a de segurança alimentar, desenvolvimento local, fortalecimento da agricultura familiar, reforma agrária, entre outras (BRASIL, 2011). Pode-se afirmar que essa participação nos fóruns permitiu que ambos se fortalecessem, enquanto espaço de e participações em movimento social. Essa realidade se dá especialmente pela intensidade de atuação das incubadoras durante o período de realização da pesquisa que em breve analisar-se-á.

A sustentabilidade econômico-financeiro apresenta dados que comprovam que 90% das incubadoras possuem ou possuíam financiamento do governo federal. Entretanto, 81,5% afirmaram ter outros financiamentos, oriundos de governos estaduais e municipais. É necessário observar que, mesmo tendo vinculações com os governos, muitas incubadoras recebem recursos limitados ou somente via editais, o que pode inviabilizar suas ações durante períodos específicos ao longo do ano.

O trabalho das incubadoras universitárias, é necessário referir, objetivam assessorar técnica, administrativa, e politicamente, de forma integrada e contínua os empreendimentos coletivos (EID, 2004), visando incubar/assessorar os empreendimentos com vistas a fortalecê-los e potencializá-los de forma que adquiram autonomia econômica e social. O processo de incubação é algo contínuo e processual.

As incubadoras universitárias constituem-se também em espaços de produção de conhecimento, possibilitando a conciliação entre a pesquisa, ensino e extensão, de forma que os pesquisadores e demais profissionais desenvolvam estudos sobre as comunidades e sujeitos incubados, sobre a Economia Popular Solidária como um todo, entre outras possibilidades. Além da produção de conhecimento a incubadora tem como intencionalidade apoiar e participar da realização dos fóruns, feiras e encontros de Economia Popular Solidária em âmbito local e regional e dos Fóruns estaduais e nacional.

3. As Incubadoras Universitárias na Região Sul do Brasil e o Processo de Incubação

De acordo com os dados coletados e analisados, sobre as seis Incubadoras³ pesquisadas na região Sul do Brasil, constatou-se que as incubadoras realizam o processo de incubação junto aos seguintes

³ Por questões éticas serão nomeadas as incubadoras através das letras incubadoras A, B, C, D, E e F. Como as incubadoras podem auxiliar diversas áreas de produção e comercialização, constatou-se que com a agricultura familiar trabalham as incubadoras A, B, C e F; com a reciclagem desenvolvem atividades de incubação as incubadoras A, D e E; com artesanato realizam a incubação as incubadoras B, D e E; com empreendimentos motivados em espaços vinculados a instituições de saúde mental trabalham as incubadoras D e F.

segmentos: agricultura familiar, artesanato, reciclagem, saúde mental e projetos culturais, destacando que uma mesma incubadora pode incubar/assessorar empreendimentos de diferentes frentes e iniciativas.

Segundo as informações obtidas, os empreendimentos vinculados a agricultura familiar correspondem a 66,66% dos segmentos incubados. Destacam-se as incubadoras A, B, C, F que atua junto à linha mencionada assessorando agricultores que trabalham com mão-de-obra familiar, em pequenos lotes de terra, em média um módulo rural regional (20 a 30ha).

A Incubadora B desenvolve ações de incubação com dois empreendimentos de agroindústria familiar auxiliando na manutenção desses empreendimentos autogestionários e cooperativos; objetivando entre as ações a produção de derivados de banana como balas, geléias, compotas e doces, e buscando ainda a criação de uma indústria ervateira, em uma das aldeias indígenas guaranis, a qual tem por objetivo produzir de maneira tradicional, ecológica, e sustentável a Erva Mate para o chimarrão.

Na incubadora A, foram apresentados três Empreendimentos no setor da reciclagem. Dentre a população presente nos empreendimentos, destaca-se a característica de se situar em uma parcela da sociedade com elevada vulnerabilidade social e econômica, que retira sua sobrevivência de um conjunto de atividades informais, com destaque para a coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis. Na incubadora D, os grupos assessorados atualmente são relacionados à geração de trabalho e renda e à inclusão social. São incubados quatro grupos/associações de catadores e recicladores. A incubadora E assessorava quatro cooperativas de reciclagem através da rede de cooperativas de catadores da região, que foi criada com intuito de unir forças entre as cooperativas tanto na área social, quanto política na localidade.

Já entre as ações desenvolvidas através do artesanato, destacam-se as incubadoras vinculadas as seguintes universidades: B, D e E. A incubadora D atua na assessoria de um grupo de artesãos com trabalhos alternativos - além de auxiliar o desenvolvimento de um grupo de usuários do Centro de Atenção PsicoSocial - CAPS. A incubadora E, além de trabalhar com materiais recicláveis vincula-se a uma associação dos artesãos da região, que tem como objetivo a produção de artesanato, comercializando em feiras regionais. A incubadora B atua junto a dois grupos de artesanatos locais, capacitando e auxiliando na gestão de empreendimentos solidários.

A incubadora D e a incubadora F, assessoram associações de usuários de saúde mental. Estes grupos são constituídos por usuários do junto ao CAPS, que juntamente com o trabalho do CAPS, acabam por se reunir produzindo e comercializando produtos.

Em relação à metodologia de incubação utilizada pelas incubadoras universitárias pesquisadas na região Sul do Brasil frente aos empreendimentos coletivos constatou-se que as incubadoras desenvolvem um processo de acompanhamento e monitoramento de uma determinada demanda, presencial e a distância, em que o assessor normalmente não tem vínculo permanente com o local da prestação e realização desse serviço. Comumente é solicitada pelos representantes da gestão da experiência coletiva, quando se percebe a necessidade da atuação de profissionais qualificados para amparar e/ou solidificar o empreendimento.

Com este direcionamento, menciona-se que as Incubadoras A e B relataram a utilização da metodologia de incubação – utilizada também por outras incubadoras no Brasil –, que é constituída em três estágios: pré-incubação, incubação e pós-incubação (EID, 2004), também indicadas:

A etapa de pré-incubação consiste na fase em que as experiências, através de seus representantes, solicitam o processo de incubação. Após o aceite das experiências e da incubadora, a incubação terá continuidade por intermédio de um planejamento participativo que determinará as ações a serem desenvolvidas tanto pela incubadora como pelas experiências incubadas. Serão realizadas reuniões e demais formas de acompanhamento das experiências. Mediante esse acompanhamento contínuo dos empreendimentos por assessores, podem ser desenvolvidas atividades como oficinas, reuniões e encontros para a qualificação dos trabalhadores assessorados (EID, 2004), bem como a qualificação administrativa, contábil, ambiental e demais necessidades advindas das experiências coletivas, objetivando a sua viabilidade. Por fim, ocorre o período de pós-incubação, que envolve a realização de ações pontuais relacionadas às atividades desenvolvidas pela equipe técnica. Nesta etapa a incubadora terá um papel de orientação para a autonomia e viabilidade dos empreendimentos (EID, 2004).

As incubadoras informaram também que buscam desenvolver ações associando a extensão universitária, a pesquisa e o ensino. Como se remete a incubadoras universitárias, as equipes comumente são compostas por docentes, técnicos e discentes, de forma que o tripé ensino, pesquisa e extensão, se constitui, portanto, em mais um dos espaços de formação discente, bem como de interação com a comunidade de forma pró-ativa.

A incubadora B ainda mencionou que entre os seus objetivos está atuar como um elo entre a Universidade e as comunidades, oportunizando a criação de novos empreendimentos autogestionários e cooperativos, criando oportunidades para o surgimento de novos empreendedores sociais, estimulando o comportamento empreendedor da comunidade universitária, capacitando empreendedores sociais quanto à gestão dos empreendimentos e potencializar condições para o desenvolvimento e aprimoramento das tecnologias sociais sustentáveis.

Essas ações das incubadoras pode fomentar o que Kruppa (2005) valoriza:

A Economia Solidária tem que entrar na educação como fez a economia capitalista, que embebeu o conjunto das instituições no seu fazer, porque não é só a produção capitalista em si que deve ser mudada, é a produção e a reprodução da vida que devem estar pautadas por novos valores. A Economia Solidária é meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, propondo uma sociedade marcada por relações democráticas, onde as diferenças entre os indivíduos possam acontecer sem gerar desigualdades.

A incubadora C informou que os empreendimentos são assessorados para capacitação dos produtores com assistência técnica, no fortalecimento dos empreendimentos e na formação de cooperativas. A assessoria ocorre através de oficinas temáticas, destacando os princípios da economia solidária, relacionando o associativismo, cooperativismo com a autogestão, além dos conhecimentos técnicos

específicos, voltados à qualificação profissional, melhoria de processos, produtos e gestão.

Essas oficinas possibilitam a formação dos discentes envolvidos, mas especialmente a formação dos associados para a cooperação, como apresenta Frantz (2010).

A organização cooperativa, além de seu sentido econômico, constitui-se, assim, em uma escola, onde gera conhecimento, produz-se aprendizagem a respeito da vida na realidade social, certamente com profundo reflexo no processo de educação mais amplo da sociedade, deitando nela raízes de muitos de seus valores e comportamentos sociais [...]. (FRANTZ, 2010, p. 150)

A incubadora D desenvolve seu trabalho com os empreendimentos de Economia Popular Solidária, através da aplicação da metodologia de incubação, que inclui diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação. A incubadora conta com uma equipe interdisciplinar, composta por docentes e técnicos administrativos das seguintes áreas: Psicologia, Serviço Social, Direito, Contabilidade, Design, Engenharias de Produção e Ambiental e Administração, técnicos de incubação e bolsistas. Além da assessoria técnica, são realizadas reuniões, capacitações, orientações, encaminhamentos, intervenções, qualificações, feiras, elaboração de projetos, entre outras.

O trabalho desenvolvido pela incubadora E está pautado em três diretrizes que são: a promoção da formação dos docentes, discentes, técnicos, multiplicadores e integrantes dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) que estão todos envolvidos nos processos de incubação; o incremento para a geração de trabalho e renda por meio da incubação dos EES, em consonância com os princípios da autonomia e da autossustentabilidade e, por fim, o fomento na articulação de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local e regional, com ênfase à Economia Solidária e ao Empreendedorismo.

A incubadora F atua assessorando experiências coletivas de geração de trabalho e renda a partir de um Programa de Extensão. Dessa forma, em que pese às incubadoras pesquisadas realizarem a assessoria/incubação com muitos aspectos metodológicos em comum, como por exemplo, diagnóstico dos grupos, oficinas e encontros de formação em Economia Solidária, assessoria contábil, entre outros, não existe um protótipo utilizado, que possibilite que cada incubadora possa definir suas ações de incubação.

As incubadoras universitárias não mencionaram um formato orientado para ser utilizado como metodologia de incubação, mas sim situaram o foco na viabilização e autogestão dos empreendimentos incubados. Talvez, como possibilidade, quando as incubadoras concorressem aos editais como por exemplo, recentemente o CNPq, já constasse no próprio edital um procedimento metodológico e não somente os objetivos e metas a serem alcançados, podendo ampliar e afinar as discussões sobre metodologia de incubação.

Outro viés importante, já mencionado, constitui-se na possibilidade das incubadoras universitárias se tornarem possibilidades de conciliação entre o saber popular e o técnico-científico, bem como de em alguns casos possibilitarem a efetivação do tripé que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

As Incubadoras sociais poderão contribuir no que Frantz (2010, p.151) apresenta como o “desafio

da instituição de um processo de educação popular com a perspectiva da construção de espaços cooperativos, voltados à reorientação das relações sociais e à possibilidade da construção de caminhos alternativos nos espaços da cultura, da política, da economia”. As equipes, que compõe as Incubadoras Sociais, precisam compreender que essa educação para a cooperação, deve acontecer através dos princípios da educação popular e não dá educação escolar tradicional e, por vezes conservadora.

A concepção de Educação Popular é de uma prática educativa que tem como principal interesse a emancipação das classes subalternas, diferente da educação do popular (PALUDO, 2001). Sendo assim, os empreendimentos de Economia Popular Solidária fortalecidos pelas Incubadoras Sociais podem através da educação popular contribuir nos primeiros passos de transformação da sociedade.

As incubadoras, nas suas metodologias possuem em comum, ações desenvolvidas no sentido de alavancar o processo de autogestão e viabilidade econômica e social dos empreendimentos, que consequentemente contribua ao enfrentamento da extrema pobreza.

Em relação ao apoio do governo federal e demais órgãos federativos e estaduais ao desenvolvimento das incubadoras universitárias, as incubadoras A, B, C e E destacaram que receberam o apoio do governo federal através da Senaes, junto a editais específicos para fortalecimento das incubadoras, principalmente através do Proninc.

Quando as incubadoras pesquisadas foram questionadas a respeito de como a incubadora por meio do processo de incubação poderia estar contribuindo no enfrentamento da extrema pobreza socioeconômica na Região Sul do Brasil, após o período de criação da SENAES, elas descreveram as seguintes questões:

A incubadora A afirma que a contribuição no enfrentamento à extrema pobreza ocorre por meio de articulações em que os trabalhadores, excluídos do mercado formal, possam se constituir enquanto grupo, através de associações ou cooperativas, viabilizando de forma solidária a geração de trabalho e renda, visando à autonomia e a inclusão em programas/projetos sociais e políticas públicas.

A incubadora B contribui no enfrentamento à extrema pobreza abrigando projetos e empreendimentos sociais que tem por base a cooperação, autogestão e inovação, tendo como vetor a integração de saberes e as tecnologias sociais, visando apoiar o desenvolvimento e proporcionar as condições necessárias para que empreendedores sociais e grupos fortaleçam sua cidadania, a sua inserção e permanência no mercado de trabalho. Isso contribui com o fortalecimento da ligação universidade-comunidade, integrando as tecnologias geradas nos meios acadêmicos aos setores produtivos vulneráveis.

A incubadora C relata estar contribuindo neste processo atuando com os bolsistas diretamente na realidade, formando assim futuros técnicos que saibam trabalhar com a agricultura familiar, sendo que ao mesmo tempo os produtores recebem assistência, capacitação técnica, atuando no fortalecimento dos grupos e assessorando na formação de cooperativas ou associações realizando estudo de mercado.

A incubadora D afirma que a contribuição no enfrentamento da extrema pobreza ocorre através do assessoramento aos setores excluídos da sociedade, via acesso ao trabalho solidário e cooperado, incubando

grupos, participando de Fóruns de Economia Solidária e da Rede de Economia Solidária. Desta forma, a incubadora fomenta a geração de trabalho e renda e a melhoria da qualidade de vida da população e promove o desenvolvimento regional sustentável.

Além dos meios citados acima, a incubadora auxilia através da assessoria na elaboração de projetos para apoio técnico e financeiro aos empreendimentos, na promoção de programas de formação/capacitação de eventos e organização do movimento local, regional, estadual e nacional de Economia Solidária junto ao movimento nacional de catadores e agricultura familiar.

A incubadora E descreve a importância da criação do centro público de economia solidária da região na implementação da referida incubadora. O centro público tem por objetivo possibilitar meios de inclusão do público jovem e beneficiários de políticas de assistência social governamentais, como por exemplo, beneficiários do Programa Bolsa Família, em iniciativas de Economia Solidária, organizadas em redes de colaboração solidária, no município.

A transversalidade entre as políticas de geração de trabalho e renda e de transferência de renda vinha sendo implementada, pois

[...] é preciso considerar que a perspectiva de inclusão social ao Bolsa Família está também ancorada na oferta de programas complementares (tais como programas de geração de emprego e renda, cursos profissionalizantes, microcrédito, compra de produção agrícola, oficinas de 'empreendedorismo' e apoio a iniciativas de economia solidária, entre outros) que, em tese, deve ser implementada de forma cooperativa entre os diferentes níveis de governo e com base na intersetorialidade das ações (SENNA et al, 2007, p.90).

A incubadora surgiu então, visando à promoção da Economia Popular Solidária e dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo centro, na atuação junto a ações orientadas à segurança alimentar e nutricional, favorecendo o desenvolvimento do empreendedorismo autogestionário, oportunizando a inserção em cadeias produtivas locais e contribuindo para o desenvolvimento dos empreendimentos em todos os aspectos.

Como os dados apresentam, é inevitável afirmar que após a criação da Senaes passou a ocorrer um investimento muito maior nas incubadoras universitárias, bem como para suas criações. As incubadoras universitárias estavam tentando se constituir como uma das formas de contribuição para a diminuição da extrema pobreza na região sul - e possivelmente no Brasil. No entanto, será que esta é a melhor forma, e ainda, sendo esta uma possibilidade de enfrentamento à extrema pobreza, será que a equipe das incubadoras universitárias está sendo suficientemente orientada para estas ações?

O que se observou é por ter sido um processo muito incipiente a principal contribuição do governo federal, foi o repasse de recursos financeiros aos projetos aprovados nos territórios de origem e elaborados pelas incubadoras universitárias, entre outras instituições. Isto por si só é sem dúvida foi um avanço e uma conquista do movimento de Economia Solidária no país, porém contraditoriamente, ainda fez-se necessário maior amparo ao trabalho desenvolvido pela equipe das incubadoras. Menciona-se ainda que o governo

promoveu encontros com as incubadoras, mas possivelmente isto não foi o suficiente, tendo em vista que estas ações estavam numa fase bem inicial sem consolidação de uma política pública. Por outro lado, não se deixa de mencionar o aspecto inovador que se constituiu o apoio governamental às incubadoras universitárias, mesmo não tendo sido um acompanhamento diário.

4. Empreendimentos de Economia Populares Solidários assessorados pelas Incubadoras Universitárias Pesquisadas na Região Sul do Brasil

Foram pesquisados sete empreendimentos coletivos de Economia Popular Solidária através da amostra intencional. No que se refere à constituição destes sete empreendimentos entrevistados, os homens constituem a maior porcentagem, com 56%, e as mulheres compõem 44% dos integrantes.

Pode-se avaliar que a maior presença dos homens nos empreendimentos, dado que não difere da realidade nacional, se dá em função da presença de empreendimentos atrelados à agricultura familiar, na qual, em muitos casos quem se declara associado é o homem, mas a família participa das ações do grupo, tanto na produção, como na comercialização dos produtos confeccionados.

A participação das mulheres na Economia Popular Solidária, entende-se que está se constituindo em um importante espaço de reflexões sobre a realidade econômica e social feminina em nossa sociedade. As mulheres fazem parte da estatística da desigualdade social presente, com sua inferiorização no mercado de trabalho, na ascensão profissional e na remuneração (ASSEBURG, 2004). A precarização das relações do trabalho afeta diretamente o sexo feminino, sendo que esta exploração é histórica, mas a Economia Popular Solidária pode ser considerada uma alternativa que busca contribuir para a abertura de espaços de participação efetiva e democrática das mulheres, mesmo representando economicamente a fragilidade dos sujeitos frente a exclusão social.

Os empreendimentos animados por mulheres são frequentes nas áreas de alimentação, costura e manutenção de roupas e panos, saúde, dos serviços de tratamento (creches), educação, da formação, entre outros. Essas diferentes iniciativas são, em primeiro lugar, uma resposta às necessidades cotidianas da grande maioria das mulheres (OLIVEIRA, 2008, p. 319).

A presença das mulheres vem se ampliando com o decorrer dos anos, porém essa presença tem se dado como “trabalhadora direta no empreendimento” e não, como afirma Lechat (2006), no que tange à participação do gênero entre os intelectuais.

A Economia Popular Solidária tem trazido para a discussão a questão do gênero, envolvendo mulheres que estão se inserindo gradativamente nesses espaços. Mas, o debate sobre mulheres e gênero na Economia Solidária ainda é muito remoto se equiparado às contribuições das mulheres nas práticas inovadoras.

Para autores como Pessoa (2009), a desigualdade entre os gêneros é ampliada também pela ausência de tarefas que deveriam ser desenvolvidas pelo Estado.

A ausência de escolas e creches de qualidade, a precarização dos serviços públicos de saúde, a incipiente política de assistência aos/às idosos/as e demais segmentos sociais, contribuem para que a presença das mulheres no mercado de trabalho se perpetue de forma subordinada em relação aos homens. Deste modo, além das mulheres serem historicamente responsáveis pela gestão cotidiana das necessidades da família, assumem as tarefas ora não executadas pelo Estado (PESSOA *et al.*, 2009, p. 2).

Já em relação à constituição e formalização dos empreendimentos, 72% apresentam-se como associações, 14% compõem-se enquanto Cooperativas e 14% constituem-se como grupos informais. Esses dados são significativos, pois demonstram que através da incubação desenvolvida com os empreendimentos coletivos, os mesmos foram formalizados possivelmente através da incubação.

A tendência é que os grupos informais incluam trabalhadores com rendimentos menores e sejam constituídos através de empreendimentos menos organizados. Como aparece a formalização, demonstra possivelmente uma maior organização dos empreendimentos. Por outro lado, demonstra também que a opção utilizada de formalização são as associações, sem fins lucrativos, caracterizando estes empreendimentos como de pequeno e médio porte e que ainda apresentam limitações para bancar as taxas mensais que existem quando são caracterizadas como cooperativas.

Ao serem questionados sobre o grau de escolaridade observa-se que 51% dos integrantes apresentam ensino médio completo, 22% possuem ensino fundamental completo, 18% ensino fundamental incompleto e 9% ensino médio incompleto. Sendo a taxa de analfabetismo nula entre os trabalhadores, esses dados representam que as experiências coletivas estão relacionadas com a possibilidade de geração de trabalho e renda aos sujeitos que possuem um nível maior de formação, uma vez que o mercado de trabalho vem exigindo qualificação. Assim, mesmo possuindo ensino médio completo os sujeitos tendem a ter dificuldade de adentrar no mercado formal de trabalho principalmente aqueles maiores de cinquenta anos e os jovens, e possivelmente por isso acabam adentrando em experiências coletivas.

Em relação aos associados com mais de 50 anos de idade, ou seja, entrando na última década ativa para o trabalho pode-se avaliar de duas formas. De um lado, avalia-se pela reutilização da mão-de-obra que o capital já descartou, mão-de-obra considerada “mais barata” e que gera produtos com pouco valor agregado, sendo assim funcional ao capital. Porém, por outro lado, é uma potencialidade, pois abre a possibilidade de participação desses associados em espaços de geração de renda que precisam ampliar seus rendimentos já que estão muitas vezes em situação de vulnerabilidade social e desprotegidos socialmente, sendo que nesses lugares autogestionários, não apenas utilizam força de trabalho na produção ou comercialização, mas como parte integrante da gestão do grupo.

Em síntese, o empreendimento A trabalha com a confecção de produtos artesanais; os empreendimentos B e F com o plantio de hortaliças, serviços populares e educação popular; o empreendimento C trabalha com tecelagem, cartonagem, tricô, crochê, pintura, retalhos de madeira, porta bijus, bijus, bordados, bolsas recicláveis e patchwork; os empreendimentos D, E e G desenvolvem atividades

com materiais recicláveis, triagem, prensagem e comercialização.

Em relação à renda individual dos integrantes, esta variava entre R\$400,00 a R\$1.500,00 conforme a demanda de produtos comercializados. O empreendimento A, vinculado ao CAPS, apresenta a menor renda individual, de aproximadamente R\$400,00, enquanto o empreendimento G, que trabalha com a coleta e comercialização de matérias recicláveis apresenta a maior renda aproximadamente R\$1.500,00, que no ano de 2013 era praticamente dois salários mínimos. Já a renda familiar difere-se entre R\$700,00 e R\$3.000,00 conforme a comercialização. O empreendimento E apresenta a menor renda familiar, aproximadamente R\$ 700,00. No entanto, os empreendimentos D e G relatam possuir a maior renda familiar de R\$3.000,00. Assim constata-se que, em alguns casos, a renda obtida através dos empreendimentos constitui-se exclusivamente na única renda e já em outros grupos, a renda é complementar a renda familiar.

Os empreendimentos pesquisados informaram que a inserção no processo de incubação contribuiu para o sustento do grupo. O empreendimento E alega que além da renda oriunda da produção, a associação recebe doações de alimentos e roupas que são distribuídos entre os sócios. O empreendimento F afirma ainda, que através do empreendimento, as famílias podem organizar sua produção de forma conjunta, qualificar seu trabalho e suas técnicas de produção repercutindo, assim, uma comercialização mais justa.

Essas informações demonstram que, através da incubação, parte dos trabalhadores apreendem o processo de trabalho e a Economia Popular Solidária, como uma forma diferenciada de trabalhar no sistema. Ressalta-se que, porém, primeiramente os empreendimentos coletivos são criados para as necessidades vinculadas com a sobrevivência destes sujeitos, para, num segundo momento, serem dimensionados outros elementos relacionados com os Princípios da Economia Popular Solidária, com aspectos sociais, políticos, educacionais, culturais, ambientais, entre outros, pois o processo de conscientização e reflexão faz parte das experiências pesquisadas.

Quando isto ocorre, esta realidade demonstra um novo patamar de politização e participação dos sujeitos de forma que se diferenciem da maioria dos trabalhadores inseridos no sistema. Somente esse processo de participação e conscientização já se constituem num grande avanço quando relacionados com a rebeldia e resistência às manifestações de desigualdade da questão social.

Por outro lado, tendo em vista a categoria de contradição, ressalta-se também que estes empreendimentos, ao estarem inseridos no sistema, e terem como perspectiva a geração de renda, acabam por reproduzir a sua lógica, pois tentam incessantemente se inserir no ciclo capitalista para comercializar seus produtos e serviços ou, por vezes, os associados permanecem nos empreendimentos até encontrar um novo espaço no mercado formal de trabalho, vender a sua força de trabalho e ter os direitos previdenciários garantidos. Com a crise vivenciada desde 2015 e com o alto índice de desemprego e ainda, com o desmantelamento das políticas públicas sociais, este artigo poderá contribuir com outros estudos sobre a temática, na medida em que poderão ser equiparados os dados e informações.

Em relação ao apoio, treinamentos e oficinas realizadas através das incubadoras universitárias, todos os grupos afirmaram receber apoio das referentes incubadoras. O empreendimento B, por exemplo, relata

que recebeu auxílio na construção do estatuto, mas em relação aos treinamentos e oficinas o empreendimento relata não possuir e afirma que estas atividades deveriam ser sustentadas de acordo com as demandas temáticas do grupo.

O empreendimento C relatou receber apoio da incubadora por meio da viabilização do local para comercialização em uma feira realizada dois dias por mês junto à própria universidade. O empreendimento D afirmou que os treinamentos foram realizados em forma de palestras, anualmente, junto à universidade, assim como em outras cidades da região e que recebe apoio semanal da incubadora junto à associação, na participação de eventos, auxílio na regularização dos documentos e na compra de equipamentos através de projetos.

A incubadora vinculada ao empreendimento E, atuou também como apoio ao grupo em seu processo decisório, contribuindo na elaboração de projetos para associação. Além da elaboração e execução dos projetos, o grupo recebeu assessoria do laboratório de contabilidade da universidade, formação referentes às questões de higiene na produção até a comercialização dos materiais, auxiliando na busca de compradores. Também foram realizados encaminhamentos das demandas do grupo aos órgãos ou entidades que competem.

O empreendimento F relatou ainda que a incubadora realizou assessoria ao empreendimento desde sua constituição, sendo que mensalmente eram realizadas as formações voltadas aos princípios da Economia Popular Solidária. Essas ações foram desenvolvidas com os técnicos administrativos da incubadora semanalmente com duração de 4 horas junto ao espaço de trabalho. Além de cursos e oficinas, o empreendimento relatou o apoio recebido da incubadora no processo de elaboração do estatuto social da cooperativa.

Para o empreendimento F, a incubadora contribuiu ajudando as comunidades a buscarem soluções para os problemas reais locais em que estão inserida. Para o empreendimento, este processo auxilia a família a organizar-se na produção e participação de forma geral. O empreendimento G relata que foram realizadas oficinas de segurança do trabalho e inclusão digital contando com a participação de todos os integrantes do grupo além do apoio da incubadora com ações trabalhistas.

Todos os empreendimentos mencionaram receber apoio das incubadoras. A participação das incubadoras junto aos empreendimentos se deu em especial na etapa do planejamento das ações. Esse planejamento tem no diagnóstico inicial e na realização de estudos sobre a viabilidade econômica e na definição de um ponto de equilíbrio sua caracterização e esta etapa se constitui principalmente na fase de pré – incubação.

As incubadoras universitárias contribuem no enfrentamento à extrema pobreza, auxiliando os empreendimentos no seu processo de criação e consolidação de grupo, articulando os trabalhadores que apresentam-se excluídos do mercado formal de trabalho e viabilizando de forma solidária a geração de trabalho e renda. De acordo com o levantamento de informações realizados por meio desta pesquisa, as

incubadoras universitárias afirmaram que sua atuação visa a autonomia e a inclusão por meio de programas, projetos sociais e políticas públicas. A atuação das incubadoras, observando os dados, se deu através de um processo de aproximação entre os sujeitos integrantes dos grupos e as políticas públicas existentes.

Dessa forma, se com poucos encontros de formação destinados as incubadoras pelo governo e com o aporte financeiro, as incubadoras universitárias estavam conseguindo consolidar os empreendimentos, possivelmente com mais direcionamento na parte metodológica da incubação, talvez os resultados fossem melhores, em que pese a Senaes e o Proninc terem avançado e serem conquistas dos movimentos da Economia Solidária. A destinação de recursos para as incubadoras, sem restrição de rubricas, seria um importante passo para a efetivação da Política Pública para a Economia Popular Solidária, processo este recentemente rompido.

Considerações finais

As experiências alternativas de geração de trabalho e de renda não são recentes, porém se acentuaram no término do século XX e início do XXI, por meio do incentivo da sociedade civil e das organizações governamentais, devido às transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho e no mercado. É manifestada por grupos informais, cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses trabalhadores, e, respectivamente de seus familiares.

No entanto, este estudo vem referendar que ao mesmo tempo em que os trabalhadores procuram estes empreendimentos frente as desigualdades sociais e econômicas, os mesmos acabam por materializar a desigualdade de forma que são absorvidos pela sociedade capitalista. Neste sentido o processo de incubação realizado pelas incubadoras universitárias tem como foco potencializar a geração de trabalho e renda e as inclusões sociais dos sujeitos. Entretanto, o trabalho supracitado desenvolvido não consegue remover os pilares já moldados pelo sistema.

Outra questão relevante é que possivelmente o apoio governamental à geração de trabalho e renda não pode ser considerado como uma forma de contraponto as políticas de emprego, educação e de assistência social, mas sim, um complemento aos programas sociais de assistência social, entre outros. Dessa forma, percebe-se que estes empreendimentos de Economia Popular Solidária não eliminam o conflito capital *versus* trabalho e nem a questão social brasileira.

Em relação à metodologia de incubação utilizada pelas incubadoras universitárias pesquisadas na região Sul do Brasil frente aos empreendimentos coletivos constatou-se que as incubadoras desenvolvem um processo de assessoria, que comumente é solicitada pelos representantes da gestão da experiência coletiva, quando se percebe a necessidade da atuação de profissionais para amparar e/ou solidificar o empreendimento. O processo de incubação é diversificado, no entanto possuem alguns aspectos em comum, entre eles: diagnóstico dos grupos, oficinas e encontros de formação em Economia Solidária e

assessoria contábil. Não existe um protótipo utilizado que possibilite que cada incubadora possa definir suas ações de incubação. Assim, as incubadoras universitárias não mencionaram um formato orientado para ser utilizado como metodologia de incubação, mas sim situaram o foco na viabilização e autogestão dos empreendimentos incubados.

As incubadoras informaram também que buscam desenvolver ações associando a extensão universitária, a pesquisa e o ensino. Como se remete a incubadoras universitárias, as equipes comumente são compostas por docentes, técnicos e discentes, de forma que o tripé ensino, pesquisa e extensão, se constitui; assim as incubadoras estão se constituindo, portanto, em mais um dos espaços de formação discente, bem como de interação com a comunidade de forma pró-ativa.

Quando as incubadoras pesquisadas foram questionadas a respeito de como estão, por meio do processo de incubação, podendo estar contribuindo no enfrentamento à extrema pobreza socioeconômica na Região Sul do Brasil, após o período de criação da Senaes, as incubadoras descreveram que após desta secretaria governamental em âmbito federal, passou-se a ter um investimento bem maior destinado as incubadoras universitárias. Conseqüentemente com a assessoria desenvolvida por elas os empreendimentos coletivos passaram a ter mais chances de obter a viabilidade econômica, agregando a renda destes usuários e de suas famílias. Portanto, pode-se mencionar que as incubadoras universitárias constituem-se em uma das formas de contribuição para a extrema pobreza na região sul - e possivelmente no Brasil.

Sabe-se que a melhor forma seria a inserção destes trabalhadores no mercado formal de trabalho e com acesso a todas as políticas sociais, porém, não se pode negar, com base nas informações obtidas, que a incubação desenvolvida pelas incubadoras impulsiona os empreendimentos a terem viabilidade econômica, e também através destas assessorias os trabalhadores e seus familiares melhoram suas condições de vida e passam a utilizar outros serviços atrelados as políticas sociais. Mesmo não se tendo uma padronização nas metodologias de incubação, constatou-se a obtenção da renda por parte dos trabalhadores, conforme as informações seguintes.

Mesmo sendo um valor baixo, tendo como perspectiva que pobreza extrema corresponde a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo que em 2014 significava R\$ 181,00, evidencia-se a uma melhora por meio dos grupos. Evidentemente que aos empreendimentos com rendimentos menores se fez necessária um processo de assessoria mais contínuo, porém os outros demonstraram ter viabilidade econômica. Lembrando que a medida que passam a ter acesso à renda, através da orientação recebida pela assessoria passam a utilizar outros serviços e políticas públicas. Possivelmente trabalhadores que obtém um rendimentos menores, possivelmente usufruem do benefício do Programa Bolsa Família, viabilizado por meio da Política de Assistência Social.

Assim, a produção de conhecimento científico possibilita contribuir com o aprimoramento de demandas existentes. Análises e investigações científicas realizadas por pesquisadores atrelados ao Serviço Social sobre experiências de Economia Popular Solidária e sobre o processo de incubação são importantes,

devido ao fato de que a maioria desses empreendimentos coletivos ainda não possui acompanhamento de assistentes sociais.

Referências

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria O. S; YAZBEK, Maria C. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais**. In: Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez; 2008.

ATLAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. **Mapeamento Nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária**. 2007. disponível em:<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2008.

BARBOSA, Rosângela N. C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e de ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. **Avaliação Nacional do Programa de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC**. Relatório Final. 2011.

CURY, Carlos R. J. **Educação e contradição: Elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2014/201405pedmet.pdf>> Acesso em 27.07.2014

EID, Farid; PICANÇO, Iraci; TIRIBA, Lia. **Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologia de incubação de EES**. In: (Org.). Trabalho e Educação. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2004.

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). São Paulo: 2012. Disponível em: <www.finep.gov.br/programas.proninc> Acesso em: 02 de junho de 2012.

FRAGA, L. S. **Extensão e transferência de conhecimento: As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. (Tese de Doutorado). Unicamp. 2012.

FRANTZ, Walter. **Práticas Cooperativas como Processos Educativos**. Texto & Contexto. São Paulo, Educação Popular. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. Nº 83. 2010.

KRUPPA, Sônia M. P. **Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano**. IN. Economia solidária e educação de jovens e adultos / Sonia M. Portella Kruppa, organização. – Brasília: Inep, 104p.2005.

MINAYO, Maria C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Parceria SENAES e CNPq. Disponível em:<<http://portal.mte.gov.br/imprensa/parceria-senaes-cnpq-amplia-apoio-a-incubadoras/palavrachave/economia-solidaria-proninc-incubadoras-populares.htm>>. 2014 h. Acesso em 28 de jun. 2014.

MOURA, E. P. G. O que estamos fazendo quando incubamos? In. SCHOLZ, R. H. (org.). **Economia Solidária e Incubação: uma construção coletiva de saberes**. São Leopoldo. Oikos. 2014.

NETO, José F.de M. **Educação Popular e “experiência”**. Texto & Contexto. Educação Popular. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. Nº 85. 2011.

- OLIVEIRA, Jaqueline P. de. **Mulheres na Economia Solidária: Possibilidade de reconhecimento e emancipação social.** Revista Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, jul./dez., p. 325 a 332, 2008.
- PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: Uma leitura desde o campo democrático.** Tomo Editorial. Porto Alegre. 2001.
- PESSOA, Cleudes. **Economia Solidária e Feminista: Reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres.** Disponível em: <www.fbcs.org.br/index.php?option=com_docman&task=>. Acesso em: 12 out. 2009.
- REIS, Carlos N dos. **Exclusão Social: A multidimensionalidade de uma definição.** In: DESAULNIERS, J.; MENDES, J. M. (Orgs.). Textos & Contextos: perspectivas da produção do conhecimento em Serviço Social, Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 123-140.2002.
- SENNA, Mônica de C. M. **Programa Bolsa Família: Nova institucionalidade no campo da política social brasileira?** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2007.
- SENAES. **Conferência Nacional de Economia Solidária**, 1.ed, Brasília: Anais, 2006.
- SILVA, Maria O da S; YAZBEK, Maria C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2008.
- TAVARES, MARIA A. **Os Fios(in)visíveis da produção capitalista -Informalidade precarização do Trabalho.** São Paulo, Cortez, 2007.
- YAZBEK, M. C. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Revista Serviço Social e Sociedade. Nº.110 São Paulo abr./jun. 2012